

JORNAL DO BRASIL

Equipe tem fórmula para resolver dívidas estaduais

LUAIKO

BRASÍLIA — A equipe de transição do governo Fernando Henrique Cardoso dispõe de pelo menos uma alternativa já desenhada para equacionar as dívidas mobiliárias dos estados. Essa alternativa prevê a federalização — a troca de todos os títulos da dívida estadual por Letras Financeiras do Tesouro (LFTs). Em troca, os estados não fariam novas dívidas através da emissão de papéis por 20 anos. Caso isso ocorresse, os bancos estaduais perderiam o que, atualmente, é sua principal atividade: a transação dos papéis estaduais. “Eles acabariam virando bancos comuns, e alguns governadores não teriam mais interesse em mantê-los”, disse um técnico que trabalhou na proposta.

O processo transferiria a dívida dos governos estaduais para o Tesouro Nacional. Em vez de pagar o que devem ao mercado, os estados pagariam ao Tesouro. Para isso, comprometeriam até 15% de sua receita, incluindo a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Atualmente, os estados já gastam 9% de sua receita líquida com pagamento de dívidas à União (INSS, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e outros credores). A partir do ano que vem, o percentual de comprometimento será de 11%, segundo uma resolução do Senado. Para que os estados paguem a dívida referente aos títulos, o comprometimento subiria mais 2%, no primeiro ano da renegociação, e para 4%, nos anos seguintes.

Para o governo federal, a gran-

de vantagem é que o Tesouro ficaria sozinho no mercado de títulos públicos. Isso lhe permitiria baixar a taxa de juros, uma vez que são os títulos estaduais que mantêm os juros no alto. No ano passado, por exemplo, eles pagaram, em média, sete pontos percentuais a mais que os títulos federais. Haveria também ganho para o plano de estabilização, uma vez que os títulos estaduais deixariam de dificultar o controle monetário, como hoje.

No entanto, há outras alternativas em estudo, como a venda de patrimônio, a securitização das dívidas e a captação de recursos no exterior, a custo mais baixo. Em alguns estados, acreditam técnicos

da área econômica, seria necessário adotar um *mix* de alternativas para tornar o endividamento menos pesado.

O governador eleito de São Paulo, Mário Covas, por exemplo, se propôs a vender as participações da Companhia Paulista de Força

e Luz (CPFL) e da Eletropaulo para pagar suas dívidas. Com isso, teria cerca de R\$ 9 bilhões, suficientes somente para acertar as contas do estado com o Banespa e a Nossa Caixa. Restariam outros R\$ 9 bilhões de dívida para os quais teria de ser encontrada outra solução. No total, São Paulo deve R\$ 30 bilhões.

Há casos, também, em que o estado não teria como pagar as prestações, após federalizar a dívida. Minas Gerais, por exemplo, detém a segunda maior dívida mobiliária, que soma R\$ 4,1 bilhões. Precisaria usar 15% de suas receitas só para pagar a dívida mobiliária, fora parcelas de dívidas com outros credores.

OS DEVEDORES

Os principais	R\$ bilhões*
São Paulo	8,875
São Paulo (município)	1,704
Minas Gerais	4,187
Rio de Janeiro	2,863
Rio de Janeiro (município)	0,706
Rio Grande do Sul	3,101

(*) Valores em outubro de 1994.

Fonte: Banco Central